

Os Conflitos na Civilidade: Terrorismo Global e Relações Internacionais

Hugo Arend
Mestre em História pela PUCRS

O mundo mudou após o 11 de Setembro. Quanto a isto não parece restar dúvidas. Que aquelas mudanças dizem respeito aos mais variados aspectos da vida em sociedade também não parece novidade.

Desde os ataques aos Estados Unidos, o terrorismo voltou à cena acadêmica com força total. São publicados novos títulos sobre terrorismo, Oriente Médio, mundo árabe, islamismo, choque de civilizações, diariamente. Para o estudioso do terrorismo – assunto que envolve desde teorias psicanalíticas, passando pela teoria da comunicação até a teoria das relações internacionais – esta enxurrada de textos tem o problema de fazer dissipar algumas questões, banalizar outras e simplesmente deixar de lado uma outra vasta quantidade.

Para os estudos das relações internacionais, o 11 de Setembro também teve impacto significativo. Afinal, relações internacionais e terrorismo têm, desde meados do século 20, uma relação bastante íntima. Isto se deve ao fato do terrorismo ter passado de estratégia local para estratégia internacional. Vivemos uma nova etapa da escalada ao extremo. Enfrentamos o terrorismo como estratégia e problema global. Internacional e global não podem ser confundidos.

No entanto, os impactos e problemas que o terrorismo impôs após o 11 de Setembro ainda não foram profundamente teorizados. Não encontramos uma discussão profunda e crítica a respeito dos limites da teoria das relações internacionais para a interpretação do terrorismo.

Devido ao curto espaço aqui reservado, não empreendo uma revisão bibliográfica dos problemas que abordo. Uso este espaço para provocar, para instigar, para desestabilizar os leitores. Vejo demasiadas certezas nas teorias das relações internacionais. Quando as certezas estão por perto é porque a complexidade já foi esquecida.

Meu objetivo é justamente problematizar a questão do terrorismo global, do terrorismo extremo, do terrorismo de vitimação em massa – usarei indiscriminadamente estas três denominações –, à luz da teoria das relações internacionais com o intuito de abrir caminhos alternativos para a interpretação do terrorismo.

Defendo a tese de que a interpretação das potencialidades do novo terrorismo, do terrorismo extremo, passa por uma interpretação das potencialidades urbanas para a vitimação, sendo que estas potencialidades de vitimação em massa nas metrópoles não dizem respeito apenas a problemas locais, mas sim a problemas globais de segurança e violência. Estas relações entre as cidades e o global se solidificam a partir da velocidade das comunicações. Uma cidade não possui mais muralhas. Não há o dentro e o fora das cidades. Não há tampouco o dentro e o fora dos estados. Há apenas a cidade-mundo. Os problemas de cada uma são os problemas do globo. Da mesma forma, as civilizações de cada uma são as civilizações do globo. Há uma transformação evidente e inegável nas fronteiras e nos limites.

Desta forma, não podemos falar em *choque de civilizações*, como sugeriu a inebriante tese de Huntington. Os choques de civilizações existem e se tornarão cada vez mais frequentes a cada dia. Alguns contatos serão pacíficos e frutíferos, mas serão ao mesmo tempo potencialmente destrutivos e instáveis. A intolerância triunfa mais seguidamente sobre a tolerância.

Os choques de civilizações acontecerão não *entre* estados-núcleos de civilizações diferentes como propõe aquele sociólogo norte-americano. Eles ocorrerão *na* civilidade. Ou seja, dentro das noções de segurança e confiança mútua que formam a base do convívio em sociedade. Assim sendo, uma teoria que interprete as potencialidades do terrorismo, bem como sua escalada ao extremo evidenciada no século 20, terá de abrir-se para outras teorias e outras disciplinas que fogem aos esquemas interpretativos e às categorias desenvolvidas por todas as escolas das relações internacionais.

Quais seriam, então, os problemas e as limitações das teorias das relações internacionais? Não há espaço para esmiuçar cada uma das escolas que abordam as relações internacionais. Parto, portanto, do que vejo como limites interpretativos das duas principais matrizes das relações internacionais, a saber, o realismo e o idealismo.

Os limites interpretativos dizem respeito à noção de que os problemas das relações internacionais dizem respeito quase que exclusivamente aos problemas dos estados. A teoria realista fundamenta seu ponto de análise na ação dos *guias* da política internacional: o soldado e o diplomata. Estes seriam os representantes das duas principais esferas através das quais a política internacional seria levada a efeito e, por conseqüência, através das quais seria interpretada: a diplomacia e a guerra.

No entanto, para os que pensam de acordo com o realismo – e seus números estão crescendo, uma vez que eles enxergam a política internacional como uma *Machtpolitik*, tendo nas recentes ações da administração George Bush seu modelo principal – a política internacional acontece na amoralidade. A moral é extirpada das relações internacionais. Cada estado agiria de acordo com seus próprios interesses. O estado mais forte sobrevive e comanda todos os demais. Os estados são, portanto, os atores principais nas relações internacionais. Desta forma, a soberania é um conceito fundamental para os realistas. A idéia de fronteira permeia todas as problematizações – de forma mais implícita do que explícita, diga-se de passagem.

São considerados como *pais fundadores* desta escola, Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes. Um novo problema nasce com esta paternidade esdrúxula da escola realista. Como colocarmos Hobbes e Maquiavel como pensadores equivalentes em seus tratos das relações entre estados? Somente com superficialidade interpretativa dos escritos de Maquiavel e de Hobbes creio ser possível equipara-los quanto às suas interpretações do mundo das relações entre estados. Mas deixo esta discussão para outro momento.

A escola realista é fundamentalmente uma escola anglo-saxônica, apesar de ter influenciado pensadores pelo mundo afora. Dentre seus principais pensadores estão Hans Morgenthau, Henry Kissinger, E. H. Carr, Raymond Aron e Paul Kennedy.

A escola idealista das relações internacionais seria quase a antípoda da escola realista. Os idealistas acreditam que os estados continuam sendo atores importantes nas relações internacionais, mas que, no entanto, eles não operam sozinhos no cenário internacional. Há também o exercício de empresas multinacionais, ONGs, organizações internacionais, blocos econômicos, etc. Os teóricos idealistas fundamentam suas idéias na noção de comunidade internacional. Na noção segundo a qual existe uma ordem internacional. O mundo internacional não é um mundo de pura anarquia, onde apenas os mais fortes dominam, desrespeitando acordos tratados e costumes. Para os idealistas, existem mecanismos mais profundos no sistema internacional que garantem o andamento de coisas. A ordem não é apenas estabelecida pelo canhão, mas também pelo sentimento de interdependência.

Esta noção provém mais recentemente da idéia kantiana de que os estados democráticos tendem a se unir em torno da manutenção de ideais como liberdade, justiça e paz. Nesta busca, os estados estão cientes de seus direitos e deveres na esfera internacional. Segundo a teoria idealista, em certas ocasiões, os mais fortes perdem para os mais fracos. Há vontades que não podem ser realizadas, mesmo pelo estado mais poderoso bélica e economicamente.

Os *pais fundadores* desta escola são Hugo Grotius e Immanuel Kant. Também não entrarei nos pormenores das diferenças de pensamento entre eles, embora acredite que elas sejam menores que as diferenças existentes entre os dois *pais fundadores* anteriores. Dentre os teóricos idealistas contemporâneos estão Joseph Nye e Robert Keohane e, de certa forma, Hedley Bull e Adam Watson – embora estes se classifiquem como neo-realistas.

Os problemas que surgem com esta divisão entre realistas e idealistas são imensos. Em primeiro lugar, se poderia afirmar que existem quatro grandes paradigmas das relações

internacionais: o realismo, o idealismo, a teoria da dependência e a teoria da interdependência. Pode ser. No entanto, acredito que tanto a teoria da dependência quanto a teoria da interdependência são mais subdivisões de duas matrizes mais amplas que seriam, em cada caso, o realismo e o idealismo. De qualquer forma, não é o momento para esta discussão.

Minha leitura dos paradigmas das relações internacionais é a de que *não existem paradigmas*. Partir de paradigmas só resulta em limitações e frustrações. Na maior parte das vezes, as limitações interpretativas surgirão das limitações intrínsecas a cada paradigma no que diz respeito às categorias que cada um possui para interpretar os fenômenos sócio-históricos. Pensar em termos de paradigmas é enganoso porque tendemos a pensar os autores como estando em perfeita sintonia com a matriz da escola com a qual os classificamos. O que se perde neste caminho é justamente a percepção de que cada autor, em seus escritos, se contradiz, muitas vezes fugindo dos pressupostos que ele mesmo havia estabelecido. Acredito que as contradições internas de cada autor e as contradições entre os autores considerados como membros de um mesmo paradigma nos sejam úteis na medida em que, a partir de seu reconhecimento, possamos interpretá-los individualmente. Esta leitura individual nos proporciona identificar suas potencialidades e suas limitações. A partir delas, é possível formar quadros conceituais apropriados para a interpretação de fenômenos que são sócio-historicamente complexos e que, por isso mesmo, não podem ser interpretados a partir dos quadros conceituais próprios de um único paradigma. O problema da interpretação do terrorismo global é fruto da incorporação de um objeto de pesquisa complexo em quadros interpretativos gerais que não comportam sua complexidade.

Estas limitações estiveram – e ainda estão – presentes na interpretação do terrorismo como problema desde antes do 11 de Setembro. A maior parte dos autores das relações internacionais considerava que o terrorismo seria o grande problema para o século 21 uma vez que os terroristas tenderiam a adquirir armas de destruição em massa. Esta aquisição colocaria em

xeque a ordem internacional. Esta noção está inclusa também na maioria dos relatórios de organizações internacionais e de governos que se preocuparam com o terrorismo.

O que o 11 de Setembro nos mostrou definitivamente – e que não foi ainda problematizado como o deveria – é o fato do terrorismo hoje não precisar mais adquirir equipamentos bélicos para vitimar em massa. Os terroristas podem apenas utilizar-se das estruturas urbanas, do movimento de vida das metrópoles, para matar aos milhares e até aos milhões e também causar prejuízos de bilhões de dólares. Nos atentados de 11 de Setembro não foram utilizados equipamentos militares. Na realidade, o equipamento mais militarizado usado naqueles atentados foi a *internet*, que possibilitou uma rápida comunicação entre os terroristas.

No 11 de Setembro, meios de transporte foram jogados contra construções. Nada mais cotidiano do que isto. Acontece que o modelo de urbanização da vida ocidental tende a aglomerar, a concentrar pessoas. Tratava-se de aviões com capacidade para mais de 250 passageiros e prédios nos quais circulavam mais de 20 mil pessoas num mesmo momento. Esta potencial vitimação só era conhecida, até então, através do uso de equipamentos militares. O que o 11 de Setembro provou é que para o terrorista basta fazer bom uso da arquitetura para matar milhares. Aqueles atentados mataram mais de 3.500 pessoas, de mais de 180 nacionalidades. Tratou-se indiscutivelmente de um acontecimento de efeitos e perplexidades globais.

Outra novidade trazida à tona pelo 11 de Setembro foi o uso da imagem – como nunca antes – para causar o pânico geral. Ao ser visto por mais de 1 bilhão de pessoas, ao vivo, o 11 de Setembro tornou-se a primeira catástrofe testemunhada pela humanidade. Seus impactos sociais, políticos e econômicos transcendem os Estados Unidos. Não foram ataques contra os Estados Unidos: foram ataques ao sistema. Os envolvidos – vítimas, terroristas e espectadores – não fazem parte de nenhuma civilização específica, de nenhum estado específico; não respondem a *um* governo, a *uma* organização ou a *uma* religião. As fronteiras estão mais tê-

nues do que nunca. O mundo não é uma soma de estados com soberanias bem definidas. Trata-se de um mundo no qual noções de fronteira, soberania, proteção, confiança, estão em jogo.

Como interpretar tal mundo empregando as categorias próprias da matriz realista das relações internacionais? Quem são os *guias* da política internacional hoje? Qual seria o estado mais poderoso? Os Estados Unidos? Será que podemos considerar os Estados Unidos como estado poderoso se partirmos de uma noção de poder que não esteja apenas calcada na noção de econômico-militar, mas também na noção de poder como carisma, como modelo civilizacional?

Como interpretar os Estados Unidos como *um* estado civilizacional homogêneo quando seu próprio governo teve de esclarecer a população de que a resposta aos ataques não se tratava de uma guerra contra o islã, mas de uma guerra contra o terrorismo? Mesmo assim, agressões a muçulmanos, árabes, sikhs e a pessoas que se parecessem com membros destas etnias foram (e ainda são) uma realidade da vida nas metrópoles, não apenas nos Estados Unidos, mas no mundo todo. Como falarmos de estados-núcleos de civilizações quando temos conflitos dentro de cada *uma* (sic) das sociedades? Cada sociedade é, por essência, múltipla: ela é uma multiplicidade que não resulta da soma, mas do hibridismo constante, incontável.

Como aplicarmos a matriz idealista num mundo no qual os Estados Unidos e seus aliados passam por cima de instituições internacionais, da opinião pública internacional. lembrem-nos que, nos dias anteriores à invasão do Iraque, 20 milhões de pessoas mobilizaram-se em protesto contra a invasão? Podemos falar numa sociedade internacional calcada em valores humanitários de paz, justiça e ordem num mundo que nos parece tão caótico?

A verdade é que, se radicalizadas, nenhuma das matrizes das relações internacionais consegue dar conta dos problemas. Daí minha sugestão da promiscuidade metodológica. Acredito em leituras que fujam às tradicionais leituras das relações internacionais. Precisamos

entrar em contato imediato com a teoria da comunicação, fazer novas leituras da ciência política e da filosofia, por exemplo.

A teoria das relações internacionais não pode continuar ignorando o fato de vivermos num mundo no qual a velocidade da política foi indiscutível e irremediavelmente afetada pela velocidade das comunicações. Os efeitos desta mudança são política e filosoficamente gigantescos. Como pensarmos as noções de soberania e de estado num mundo no qual o tempo foi reduzido ao momento explosivo das telecomunicações? Os tempos de formulação, consulta e resposta, próprios da política liberal, já não mais existem, ou foram, pelo menos, alterados significativamente. Precisamos de contatos imediatos com os textos de Jean Baudrillard, Paul Virilio, Michael Hardt, Antonio Negri, Slavoj Žižek, David Harvey e Fredric Jameson. As implicações destes contatos imediatos para a teoria das relações internacionais é que neles estão contidas as pistas para interpretarmos as noções de sociedade, velocidade, confiança, poder e soberania, fronteiras e limites, que são a chave para a compreensão de nossa disciplina.

Se pensarmos os estados ainda como atores e guias das relações internacionais, devemos percebê-los dentro dos limites atuais da política. Hoje, os limites entre política interna e política externa são cada vez mais tênues. As relações que um governo estabelece com suas populações são as mesmas que ele estabelece com o mundo. A visibilidade total e instantânea proporcionada pelas novas técnicas de informação não permitem mais a intimidade.

As dúvidas são a nossa força, já nos ensinou o antropólogo Clifford Geertz. Entramos num período de muitas incertezas. Interpretar o terrorismo, em particular, e a teoria das relações internacionais, em geral, necessita, hoje, mais do que nunca, de uma maior abertura metodológica e conceitual. Estas breves palavras só podem instigar. Deixar no ar provocações, desestabilizações. Se eu tiver conseguido lançar mais dúvidas do que respostas, meu objetivo terá sido atingido.